



Sociedade e Estado

ISSN: 0102-6992

revistasol@unb.br

Universidade de Brasília

Brasil

Pinheiro Koury, Mauro Guilherme

Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual

Sociedade e Estado, vol. 26, núm. 3, septiembre-diciembre, 2011, pp. 471-485

Universidade de Brasília

Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339930917003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual

Recebido:
06/09/10
Aprovado:
04/07/2011

1. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, E-mail: m a u r o k o u r y @ gmail.com

Mauro Guilherme Pinheiro Koury¹

Resumo: Este artigo discute a cultura e a indústria do medo no Brasil atual, através da relação entre juventude e violência, e no avaliar as consequências desta correlação por meio das proposições levantadas pela mídia brasileira no imaginário nacional. Essa problemática é compreendida tendo em vista a questão da formação dos jovens no país nessa primeira década do século XXI, e em um momento de mudanças significativas nos padrões de comportamento nacional. Mudanças que pulverizam os valores sociais e caminham a passos largos para o individualismo crescente nas relações societárias e uma ampliação do medo do outro, no interior das formas interativas a que estão sujeitos não apenas a juventude, mas a população em geral.

Palavras-chave: Medos Urbanos, Cultura do Medo, Violência, Juventude, Mídia.

2. Este trabalho discute as proposições da mídia brasileira no imaginário nacional sobre as relações entre juventude, cultura do medo e violência no país. Embora parte de uma pressuposição inicial de que não se deve confiar inteiramente na mídia como fonte de informação, não se está indagando, neste artigo, se a fonte midiática é uma fonte segura ou não de informação, mas se usa suas proposições para compreender as bases das construções imaginárias ou reais dos medos no urbano brasileiro contemporâneo. Indico ao leitor o trabalho de Katz (1987), que faz uma excelente reflexão sobre a relação mídia e violência nos Estados Unidos, através da pergunta: o que faz o crime ser “notícia”?

Este artigo objetiva discutir a cultura e a indústria do medo no Brasil atual, através da relação entre juventude e violência, e avaliar as consequências dessa correlação por meio das proposições levantadas pela mídia brasileira no imaginário nacional².

Essa problemática é compreendida tendo em vista a questão da formação dos jovens no país, nesta primeira década do século XXI, e em um momento de mudanças significativas nos padrões de comportamento nacional. Mudanças que pulverizam os valores sociais e caminham a passos largos para o individualismo crescente nas relações societárias e uma ampliação do medo do outro, no interior das formas interativas a que estão sujeitos, não apenas a juventude, mas a população em geral.

Violência, Pobreza e Juventude

Pesquisas desenvolvidas em bairros populares de várias capitais brasileiras apontam o crescimento da vulnerabilidade dos jovens e as ameaças à segurança pessoal no cotidiano de suas existências. Apontam também para o aumento das transgressões entre os jovens habitantes dos bairros populares, em pequenos furtos, assaltos à mão armada, envolvimento com drogas e prostituição; vagar pelas ruas dos bairros ou da cidade onde moram para *zoar*³ e mesmo

3. O termo zoar, na gíria usada por segmentos de jovens brasileiros, tem o sentido de brincar de forma barulhenta, de sair pelas ruas para encontrar amigos e perambular sem destino certo, fazer arruaça, ou o que o momento, juntos, proporcionar.

4. Ver o trabalho de Porto (2000, p. 187), onde a autora faz uma reflexão sobre a violência através de uma relação entre exclusão e inclusão sociais, “aprendidas não como formas excludentes e dicotômicas, mas como categorias integrantes de uma mesma dinâmica”, onde os sujeitos podem vivenciar, alternadamente, ambas as formas, decorrentes de processos sociais fragmentados, diferenciados e plurais nos cenários armados no nacional e nas eficácia e ineficácia das políticas sociais de inclusão e combate à violência neles traçados.

5. É importante notar que a incerteza do futuro grassa não apenas os jovens de camadas sociais mais baixas, mas atinge a classe média em seu conjunto. Dados apresentados pela Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, faz um retrato das despesas e

intimidar os passantes, que normalmente os evitam, quando não os agridem ou demonstram expressões de medo.

A incerteza quanto ao futuro, a ineficácia ou pouco eficácia das políticas sociais de inclusão⁴, a violência social que os exclui⁵, através de uma cultura do medo que os considera marginais perigosos, a serem evitados e, às vezes, exterminados, banaliza o teor social de incerteza presente nas atitudes dos jovens e para os jovens pobres, aumentando a exclusão e fazendo crescer suas atitudes agressivas e nas relações entorno (TAKEUTI, 2002; MARTINS, 1993; GAJOP, 1993; VIANA, 1997; COSTA, 1998; DIÓGENES, 2002, SPOSITO, 1993 e 2010, KOURY, 2006, 2008, 2010 e 2010a, SÁ, 2011 e VIEIRA, 2011, entre outros).

Dados apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) revelam que, no ano de 2007, um pouco mais de 40 mil pessoas foram assassinadas no país. O que equivale a 11% dos homicídios ocorridos no mundo, em uma população que responde apenas a 2,8% da população mundial. De acordo com o Mapa da Violência 2011 (WAISELFISZ, 2011, p. 22), no período compreendido entre os anos de 1998 e 2008, o número total de homicídios armazenados pelo Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde (MS), passou de 41.950 para 50.113. O que representa um incremento de 17,8% superior ao aumento populacional do período que, segundo estimativas oficiais, foi de 17,2%. Esse panorama parece fortalecer, a cada dia, a cultura do medo no imaginário brasileiro e essa cultura encontra-se respaldada por uma indústria do medo em expansão no país, desde a década de 1970 (CALDEIRA, 1991).

Indústria e Cultura do Medo

Por indústria do medo se designa os gastos e investimentos em segurança privada. Segundo os dados do PNUD, só no ano de 2007 os gastos com segurança privada no Brasil somaram, aproximadamente, R\$ 90 bilhões, montante equivalente ao consumo de 10% do PIB brasileiro, com resultados previsíveis no tratamento dos segmentos mais pobres e nas despesas públicas em saúde e educação. O alto consumo e investimento na indústria do medo significam que muitos investimentos sociais deixam de ser feitos ou têm sua eficácia comprometida (no país) para cuidar de segurança.

Os jovens são os que mais sofrem como vítimas ou executores dos investimentos maciços com a indústria do medo no país. A maior parte das vítimas de homicídios concentra-se na população masculina, com idade entre 15 a 24 anos⁶, executadas através de disputas entre gangues e, sobretudo, nas chacinas envolvendo grupos de extermínio, cujos agentes são, muitas vezes, recrutados entre as polícias civis e militares dos estados, quando não pelas ações das

próprias polícias.

A partir de um levantamento rápido nas notícias sobre homicídios e execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais no Brasil, entre dezembro de 2001 e novembro de 2007, nota-se que 5.987 crianças e adolescentes morreram na cidade do Rio de Janeiro, por ferimentos à bala (*Jornal do Comércio*, 02/09/2007). Em São Paulo, apenas no ano de 2007, foram registradas 106 chacinas, com um total de 209 mortes, com mais de sessenta por cento dos casos envolvendo crianças e adolescentes (*Jornal do Comércio*, 25/12/2008); e na cidade do Recife, de janeiro de 2006 a junho de 2007, 453 pessoas foram vítimas de grupos de extermínio, grande parte de jovens de até 25 anos (*Jornal do Comércio*, 26/09/2008)⁷. A maior escalada no número de homicídios de jovens no país parece ter ocorrido entre os anos de 1980 e 2003, a partir daí começa a haver um declínio, porém, ainda, em um nível considerado insuportável (WAISELFISZ, 2011, p. 8).

De acordo com o *Mapa da Violência 2011* (WAISELFISZ, 2011, p. 21-22),

No período que compreende os anos de 1998 e 2008, o número total de homicídios registrados pelo SIM/SVS/MS passou de 41.950 para 50.113, o que representa um incremento de 17,8%, levemente superior ao incremento populacional do período que, segundo estimativas oficiais, foi de 17,2%. A quantidade de homicídios cresceu significativamente e de forma muito regular até o ano de 2003, com elevados incrementos: em torno de 5% ao ano. Já em 2004, essa tendência se reverte, quando o número de homicídios cai 5,2% em relação a 2003. Com menor intensidade, o declínio continua em 2004. Porém, a partir de 2005, os números absolutos começam a oscilar fortemente: elevam-se em 2006, e caem novamente em 2007 para voltar a crescer de forma acentuada em 2008.

O relatório continua:

O Índice de Vitimização nacional do ano 2008 foi de 258, o que significa que temos, proporcionalmente, duas vezes e meia mais homicídios juvenis do que nas restantes faixas etárias.

Muito preocupante, também, é a constatação de que esse Índice de Vitimização vem crescendo historicamente de forma lenta, mas gradual e sistemática. No início da década analisada, o Índice de Vitimização Juvenil era de 220 (2,2 homicídios de jovens por cada homicídio de não jovem). Em 2008, esse índice aumentou para 258, o que representa um crescimento de 17,3% no índice, que inicialmente já era muito elevado. (p. 72)

rendimentos dos brasileiros, nos anos de 2006 e 2007, e demonstra que o rendimento das famílias brasileiras não está sendo suficiente para manter as despesas mensais. No Brasil, 85% das famílias têm dificuldade de chegar ao fim do mês com o rendimento do grupo familiar. Pernambuco, Paraíba e Piauí se encontram entre os três estados com os piores percentuais do país, com índices de 92% a 92,5% de famílias que não conseguem manter-se com os rendimentos mensais disponíveis (*Jornal do Comércio*, 20/05/2008).

6. De acordo com dados do IBGE, divulgados pelo *Jornal do Comércio*, de 30 de abril de 2008.

7. É importante notar que, entre 2003 a 2007, houve um avanço na contenção da violência homicida, com um relativo avanço a partir do ano de 2008, criando uma espécie de equilíbrio instável, já que as áreas onde houve um avanço na contenção dos homicídios foram contrabalançadas por crescimento em outras áreas, em um movimento para as cidades do interior, ou para áreas até então consideradas de baixo e médio potencial de violência (WAISELFISZ, 2011).

As execuções sumárias no Brasil e a proliferação de grupos de extermínio são resultados sinistros dos pesados investimentos na política de segurança privada ocorrida no país, durante o período ditatorial, sobretudo no seu período mais soturno na década de 70 do século passado (CALDEIRA, 1991).

O termo “esquadrão da morte”, surgiu na década de 1970, criado pela imprensa para designar o grupo de extermínio dirigido por um famoso delegado, na época, na cidade do Rio de Janeiro. São instituições ilegais organizadas e que atuam como um negócio, onde a morte é a mercadoria. Sob pagamento, executam indivíduos ou bandos que ameaçam interesses de comerciantes, empresários ou pessoas dispostas a pagar.

É interessante notar que, ao assim agirem, esses grupos demonstram, de um lado, a impunidade sob a ação homicida no país e, por outro lado, atualizam e expandem a cultura do medo, que se amplia e toma conta do imaginário do brasileiro comum. A mistura entre o legal e o ilegal parece fazer parte dessa dinâmica da refiguração do imaginário, quando, por exemplo, nos grupos de extermínio, quase sempre, atuam policiais civis e militares na ação direta ou no comando das ações de execução. Nas eleições de 2008 para vereadores, em todo Brasil, por exemplo, o número de policiais ou de pessoas envolvidas com grupos de extermínio cresceu substancialmente, notadamente no Rio de Janeiro, formando um grupo potencialmente forte no Estado e começando a lançar sementes no sistema político-eleitoral do país.

A ação dos grupos de extermínio, das mortes sob encomenda, coloca em cheque a ação policial legal e o sistema de justiça no país, ao mesmo tempo em que, *pari passu*, ajuda na expansão das milícias privadas. Estas, diferentes dos grupos de extermínio, atuam como demanda própria na ação de “segurança”: são vigilantes de ruas residenciais e comerciais, são seguranças de bares, boates e restaurantes, entre outros tantos. Em um artigo anterior sobre a violência no estado da Paraíba (KOURY, 1993), foi identificada a estreita relação entre o aparato policial legal e o das milícias privadas no estado e no Brasil como um todo. Ação, inclusive, justificada pelas próprias autoridades policiais, que, normalmente, fazem descaso ao uso do “tempo livre” do policial.

Com salários pequenos, muitos policiais engrossam não apenas os grupos de extermínio, mas também uma consequência deles e da cultura do medo, instalada e em expansão no país, isto é, os grupos de atuação em segurança privada informal. Formam, com grande número de desempregados, as turmas de vigilantes de rua, conhecidos em várias cidades brasileiras como “a turma do apito”. São seguranças de restaurantes, casas noturnas e pontos comerciais, aparentemente agindo de forma independente, no entanto, todos sujeitos a uma relação de proximidade com o aparato legal policial ou os aparatos, também

legais (ou supralegais!), de empresas de segurança privada que dominam as cidades.

As ações de proteção criam uma rede de poder e controle enorme. Não só são abastecidas de forma imediata por policiais e agentes de segurança privada, em seus momentos de folga, como forma de complementação salarial, mas também criam todo um circuito de intimidação e submissão desses agentes de vigilância independentes que, muitas vezes, têm que pagar uma cota mensal para permanecerem atuando. Assim, por exemplo, as ações das turmas do apito e outros grupos de proteção são manipuladas pelos aparatos policiais do estado, bem como pelo aparato institucional de segurança privada, de forma encoberta.

Os lucros obtidos pela ação desses serviços de segurança não oficiais são, por um lado, repassados em forma de cotas de funcionamento para as mãos de policiais ou agentes de firmas de seguranças privadas, que fazem a ronda local, de uma rua, de quarteirões, etc. Com isso, há uma espécie de permissão branca para ação desses grupos. Por outro lado, da parte dos moradores, em sua maioria de classe média, aceitam pagar aos vigilantes da turma do apito por se sentirem intimidados. Muitos entrevistados, perguntados em pesquisa direta pelo autor, nas cidades de João Pessoa, Recife e Natal, na região Nordeste, nas cidades de Belém e Manaus, na região Norte, e Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, na região Sudeste, entre os anos de 2003 a 2011⁸, responderam que é uma forma de não terem suas casas assaltadas por esses mesmos homens que fazem a vigilância de rua, ou a ronda do apito, ou que oferecem (na forma de intimidação) segurança e proteção.

Os entrevistados afirmam que esses vigilantes de rua ou da “turma do apito” são, em sua maioria, habitantes das favelas e regiões mais pobres das cidades, que circulam os bairros e fazem as vezes de olheiros das casas: isto é, sabem quando os moradores estão ou não em suas casas, quais as que têm aparato maior de segurança, entre outros elementos reais ou imaginários que dão suporte à cultura do medo e ao financiamento de esquemas de proteção. Ao pagarem aos vigilantes de rua, os habitantes de classe média se sentem mais inseguros: o preço da busca de proteção pela intimidação traz, por consequência, uma maior insegurança, por criarem um elo de ameaça e medo com parcelas da população vistas pelos entrevistados como possíveis “marginais”.

A descrença na segurança policial, de acordo com os entrevistados, os faz criarem acordos e se submeterem ao pagamento por intimidação e, assim, no imaginário da classe média, não terem suas casas assaltadas ou seus carros roubados, entre outros possíveis *acidentes*. Essa segurança pactuada parece ampliar o sentimento de insegurança generalizada da população, que busca se garantir da intimidação a que está sujeita, com um maior custeio de objetos de segurança

8. A pesquisa *Médos Corriqueiros e Sociabilidade no Brasil Urbano Contemporâneo*, conduzida pelo autor, no Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções (GREM), se encontra no seu terceiro estágio, recolhendo dados nas 27 capitais de estados do Brasil, inclusive o Distrito Federal. O primeiro estágio foi dedicado ao aprimoramento dos instrumentos de pesquisa, tendo o projeto se voltado exclusivamente para a cidade de João Pessoa (KOURY, 2002, 2005, 2006, 2008, 2010 e 2010a, entre outros). O segundo estágio foi o de elaboração e envio de um questionário, via correios, para moradores das 27 capitais, em um total de 4.500 questionários, dos quais o GREM recebeu o retorno de 2.025 questionários válidos; ainda nesse estágio, se deu a tabulação dos questionários e o mapeamento dos principais temas trazidos à tona pelos entrevistados. O terceiro estágio tem início na seleção dos entrevistados que se dispuseram a uma entrevista mais aprofundada, a preparação de um roteiro aberto e a marcação e visita para entrevistas nas capitais. As entrevistas têm se dado em longas

conversas de quatro ou mais horas de duração, onde se ouve desde relatos de trajetórias pessoais, a projetos e planos pessoais, familiares e coletivos, perdas, incertezas e medos cotidianos, até aos efeitos da “grande violência” imaginária ou real, em que situam suas vidas em relação aos outros relacionais ou aos outros imateriais. Essa terceira fase se encontra em andamento, com previsão de término no final de 2012, quando será feito um balanço geral sobre medos e cotidiano no Brasil urbano contemporâneo. Até o momento foram realizadas 420 entrevistas diretas nas cidades acima assinaladas. O termo “muitos entrevistados”, usado no parágrafo acima, se refere aos quase noventa por cento (88,8%) dos 373 entrevistados, das classes médias e média alta, até agora ouvidos durante o trabalho de campo.

pessoal e doméstica. Intimidados, os habitantes de classe média das cidades brasileiras reproduzem a cultura do medo investindo na indústria do medo em expansão no país (SOUZA, 2008). Os muros das casas começam a subir, alguns com mais de dois metros de altura, são implantados sistemas de vigilância ótica, alarmes, circuito de televisão nas entradas saídas e em todos os cômodos da casa, cercas elétricas, cachorros ferozes, entre outros recursos de uma indústria sempre inventiva e com novidades no mercado (CALDEIRA, 2003).

Tanto investimento em segurança pessoal e submissão ao mercado informal de vigilantes de rua e das turmas do apito só fazem crescer o sentimento de insegurança e desconfiança com os aparatos legais da polícia e do estado, e a sensação de medo é ampliada. O medo permanente de ser assaltado em casa ou na rua ou no trabalho começa a levar as pessoas a mudarem de hábitos nas comunicações interpessoais com desconhecidos, fechando-se em casa e evitando outras pessoas.

O medo do outro parece enclausurar os indivíduos, sobretudo de classe média, que têm ampliadas as dificuldades de relacionamento com os outros, considerados possíveis malfeiteiros, aumentando o sentimento de solidão (ELIAS, 1990, 1993 e SENNET, 1998). O que provoca uma sensação nostálgica do que passou, de um tempo que não volta mais, onde os vizinhos se comunicavam entre si e havia mais cordialidade e menos agressividade (KOURY, 2008).

O entorno das moradias se torna, assim, ameaçador. Os habitantes mais pobres da cidade são evitados e objetificados, através da ótica perversa, construída pela cultura do medo, como “marginais”, delinquentes (KOURY, 2010; CALDEIRA, 2003). O sentido da violência torna-se, desse modo, endêmico, banalizando a vida e tornando o ato de viver um instrumento de busca de segurança pessoal e privada cada vez maior. As mortes violentas e as chacinas começam a se tornar toleráveis e não provocam mais indignação, e são até mesmo desejadas, como forma de diminuição das ameaças pessoais.

Cultura do Medo e Juventude

De acordo com uma pesquisa que busca traçar o perfil da juventude brasileira, realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), 63% dos entrevistados nas capitais e regiões metropolitanas brasileiras, com idade entre 15 a 24 anos, demonstraram preocupação com a violência e com a falta de segurança no país (*Jornal do Comércio*, 02/02/2010). O que sinaliza para uma descrença nas políticas públicas nacionais e para um receio pessoal crescente de frequentar espaços públicos, ou mesmo de aproximar-se de outros cidadãos, principalmente jovens. O que reforça o medo nos indivíduos jovens de classes mais baixas e, quase por referência, o receio parece se estender

a todos os jovens de camadas sociais iguais ou mesmo superiores.

A cultura do medo constrói, assim, uma barreira invisível que separa as pessoas e as isola, fazendo-as temer a tudo e a todos e nunca confiar no outro⁹. Entre os jovens, esse embaraço ganha contornos mais nítidos, associado que está a um distanciamento maior e cada vez mais alongado do poder de consumo, que vai desde o tempo e a qualidade da educação formal, à questão da inserção no mercado de trabalho precoce e cada vez mais difícil, até a aquisição de objetos de moda. O que amplia a distância entre as classes, com a exclusão e banalização dos miseráveis, ao mesmo tempo em que, também, demanda um estranhamento geral, já que jovens de classe média baixa, e às vezes alta, são cada vez mais apontados como executores de atos de delinquência juvenil. Atos que vão desde a participação em roubos e furtos, espancamentos de outros jovens, envolvimento com droga, não apenas como consumidores, mas também como integrantes do tráfico, à prática do estupro, sequestro e morte.

Várias reportagens na mídia nacional dão destaque a grupos de jovens de classe média alta, envolvidos em espancamentos e lutas corporais, por motivos banais, em todas as capitais dos estados brasileiros. Desde o tocar fogo em um índio que se encontrava dormindo em um ponto de ônibus, na cidade de Brasília, ou o espancamento de mendigos nas ruas, como acontecido nas cidades de Recife e do Rio de Janeiro, até espancamentos de outros jovens por rixa de grupos rivais, ou porque estavam com a ex-namorada de outro, ou porque um dos participantes de um grupo achou que houve insinuações para outro dos membros do seu grupo — do sexo masculino e, sobretudo, do feminino —, por um ou mais dos membros do grupo oposto, além de envolvimento com estupros e com drogas, entre outros casos, são fatos de destaque na mídia nacional, de forma corriqueira, desde os anos finais do século XX¹⁰. É importante frisar que a violência juvenil sempre existiu nas classes médias urbanas do país, como os casos marcantes do estupro e morte de Aida Cury, no Rio de Janeiro, e Aracele, em Brasília, com grande visibilidade pela mídia e comoção nacional. O que se quer demonstrar neste artigo, contudo, é a banalidade com que esses acontecimentos acontecem nas últimas décadas, gerando desconfiança e ampliando o circuito do medo do outro relacional.

A cultura do medo faz as famílias dos jovens desconfiarem de todos os colegas dos seus filhos, mesmo os de famílias a muito conhecidas, pois, como confidenciou mais de um casal de pais de adolescentes e adultos jovens, em entrevista ao autor, “nunca se sabe, na verdade, quem é que está com o nosso filho”, ou, “às vezes é filho de um conhecido de muito tempo, mas, que se revela um pequeno delinquente, podendo estar envolvido com droga ou com coisa pior”, ou “até meu filho chegar em casa eu não descanso, pois não sei até onde vai o espírito dos coleguinhas dele”, ou “será que ele vai ser assaltado por um marginal na

9. Ver, por exemplo, o estudo sobre a cultura do medo nos Estados Unidos (GLASSNER, 2003), que serviu como fio condutor para o documentário: *Tiros em Columbine*, de Michel Moore, premiado com o Oscar 2003.

10. É importante frisar que a violência juvenil sempre existiu nas classes médias urbanas do país, como os casos marcantes do estupro e morte de Aida Cury, no Rio de Janeiro, e Aracele, em Brasília, com grande visibilidade pela mídia e comoção nacional. O que se quer demonstrar neste artigo, contudo, é a banalidade com que esses acontecimentos acontecem nas últimas décadas, gerando desconfiança e ampliando o circuito do medo do outro relacional.

rua?", ou "será que vai se envolver com brigas puxados por outros?", ou "vai ser objeto de chantagem de policiais em busca de dinheiro fácil", "será que vai ser vítima de estupro", entre outras indagações e medos imaginários e possíveis, visto a construção cotidiana da mídia sobre a fragmentação social e a exposição dos jovens a um mundo de maldades e sem lei.

Como exemplos, citam casos expostos cotidianamente na mídia de adolescentes e jovens vítimas de assaltos, estupros, intimidações várias por outros jovens "de rua", como são considerados no geral os jovens pobres que frequentam a cidade, ou por gangues de jovens, na maior parte – no pensamento mágico, influenciado pela mídia, que expande a cultura do medo no país –, composta por jovens marginais ligados ao tráfico de drogas ou ao desmanche de carros.

Citam, também, as relações intraclasse nas disputas entre jovens pobres intimidando os que querem seguir o "caminho do bem", ou grupos de jovens pobres na disputa de espaços nos bairros e ruas onde moram¹¹, ou entre jovens mais ricos e mais pobres de classe média e média alta, como relações perigosas. Os de classe média e média baixa têm medo das relações travadas com outros jovens de classe média alta, pelo uso do poder e impunidade desses últimos. Lembram notícias, publicadas em jornais e na mídia em geral, de jovens espancados por outros jovens, envolvidos em disputa de espaço ou de namoradas, sendo os espancadores, todos de classe média mais alta ou, no caso de estupros e mortes de adolescentes patrocinados por grupos de jovens de classe média alta e alta, e a impunidade que cercam esses crimes, devido ao poder político ou econômico dos pais.

Os pais de classe média alta ou alta, por sua vez, se dizem com receio das amizades dos filhos com colegas de escola e universidade, muitas vezes autores de sequestros ou mortes dos seus filhos, se não de toda a família da vítima. Por motivo de "querer um dinheiro mais fácil" para comprar tal ou qual objeto de consumo da moda, assim, esses jovens de classe média mais baixa, segundo os pais das vítimas e, sobretudo, pelas notícias veiculadas na mídia, "aproveitavam do fato de serem amigos dos de classe mais alta" e os faziam de vítimas para alcançar os seus objetivos.

Citam, como forma de comprovar seus medos, notícias publicadas na mídia nacional sobre jovens sequestrados ou mortos por outros jovens, que iam à mesma universidade ou classe escolar e eram amigos de saídas para estudo ou lazer e frequentavam a casa um do outro, quando não, o assassinato de todos os familiares desses jovens, por motivos banais, ou para roubar aparelhos eletrônicos, ou por simples inveja, ou a influência nefasta de namorados que, por vingança dos pais que não permitem o namoro, induzem o parceiro ou

11. O autor (KOURY, 2006 e 2010) estudou um grupo de jovens, com atuação nos bairros populares e áreas periféricas da cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, Brasil, para a pesquisa sobre *Medos Corriqueiros*. O objetivo central desse grupo está localizado no apoio e integração social dos jovens pobres e na busca da cidadania, tendo o evangelho como fonte de inspiração. Esse grupo disputa espaço com outros jovens de outros grupos da cidade, de quem procuram se diferenciar na ação e na identificação de si mesmos, entre o antes e o depois de entrar no grupo.

parceira a matar os pais¹².

Ao mesmo tempo em que a violência, de forma concomitante e simultânea com o processo até então explorado nesse trabalho, parece ter se tornado banal, e até democrática na contemporaneidade brasileira, a violência e o seu corolário, o medo da violência, parecem funcionar, desse modo, como meio de expressão e estilo de vida, especialmente entre os jovens. Uma grande parte dos crimes cometidos não diz respeito à relação polícia versus bandidos, tão alardeada pela imprensa. Um levantamento dos motivos dos crimes cometidos no estado da Paraíba, com notícias saídas na imprensa local, nos anos de 1993, 2007 e 2011¹³, por exemplo, revela que mais de sessenta por cento deles tinham sido por motivos banais: brigas entre amigos no bar, brigas entre vizinhos, briga entre colegas de trabalho, briga entre colegas de escola, briga por mulheres, briga por namorados, brigas pela guarda dos filhos, por ciúmes, dívidas e vinganças por qualquer motivo.

O *Jornal do Comércio*, na semana de 23 a 29 de maio de 2004, publicou uma série de reportagens sobre a cultura da violência em Pernambuco, intitulada “Anatomia da Violência”. A série, publicada no dia 25 de maio de 2004, discute a questão da “Justiça pelas próprias mãos” e revela que, dos crimes praticados em Pernambuco, em 2004, mais de cinquenta por cento foram motivados por questões banais e por vingança pessoal¹⁴.

O mesmo acontecendo no balanço sobre “A violência e os Jovens”, publicado no mesmo jornal, em 25 e 26 de julho de 2011: o balanço levanta o problema da falência do sistema criminal do estado de Pernambuco e do país, pela morosidade e inoperância, levando à descrença da população sobre ela e aumentando a quantidade de ações que visam à justiça pelas próprias mãos, através da vingança pessoal. Outro aspecto levantado é a ambiguidade e ambivalência das regras e normas em relação ao cidadão.

Apesar da impessoalidade em expansão no cenário nacional, nas relações entre os sujeitos sociais, contudo, ainda vigora aspectos de uma pessoalidade em fragmentação acelerada, onde a problemática da honra (RIBEIRO, 1993; FEB-VRE, 1998; PERISTANY, 1965; especialmente, os capítulos de BOURDIEU, 1965 e PITT-RIVERS, 1965) é acionada, como forma de resolução de conflitos entre indivíduos (SÁ, 2011). O que torna as ações violentas mais banais, já que os códigos de honra não dizem mais respeito a uma vivência tradicional anterior, onde a sociedade brasileira ainda era movida por padrões rurais, clientelísticos e patriarcais, apesar de não os ter de todo superado. Ao mesmo tempo em que as regras da impessoalidade trazida pelos códigos urbanos nos regramentos cívicos da justiça e da constituição, que acelera a quebra da pessoalidade passada, não possuírem ainda a credibilidade e a eficácia desejada no social. De acordo

12. Ver, por exemplo, *Folha de São Paulo*, 08/11/2003, 22 / 11 / 2005, 26 / 11 / 2006, 30/12/2007 e 11/05/2008; *Jornal do Comércio*, 05/05/2001, 13/06 a 03/11/2003, 11 / 11 / 2006, 15 / 04 / 2007, 20/05/2008, entre outros. Em uma rápida pesquisa *online*, notícias publicadas sobre sequestros e assassinatos de jovens de classe média alta e alta ou seus pais, por outros jovens que se diziam amigos, colegas ou namorados, ou induziram jovens a matarem seus próprios pais e parentes, por vingança ou droga.

13. Esses mapeamentos se encontram nos arquivos do *Observatório sobre Medos*, do GREM.

14. É importante assinalar que a mesma série revela que mais de setenta por cento dos assassinatos ocorridos em Pernambuco, em 2004, são praticados ou têm por vítimas adolescentes, jovens e adultos jovens, na faixa de 15 a 39 anos.

com o *Diário de Pernambuco*, de 30/08/2008, no estado de Pernambuco, menos de 2% dos homicídios são julgados pela justiça.

O que ocasiona um maior sofrimento social da população que se vê às voltas entre uma ruptura dos códigos sociais passados e uma não definição clara dos códigos comportamentais e sociais no presente e parece ampliar a esfera da solidão e do isolamento dos indivíduos e o sentimento de exclusão social, já que as regras não valem ou não funcionam para todos, restando apenas a defesa pessoal como arma.

A violência e os atos violentos, desse modo, ocupam o espaço deixado pela fragmentação dos valores sociais mais pessoalizados, em uma sociedade de mudanças profundas nas esferas comportamentais e caminhando para um individualismo “selvagem” como modo de vida, já que as devidas regras sociais do novo momento da sociabilidade brasileira não se encontram de todo claras, ou sequer esboçadas. Os valores que criam a identidade do indivíduo, dessa forma, pulverizados e questionados no seu potencial de pertença, parecem colocar-se no social de forma frágil e transitória, ampliando a solidão dos sujeitos e amplificando o imaginário social do outro como concorrente, como inimigo ou estranho (KOURY, 2009), contribuindo para os contornos sociais de onde se visibilizam as interações entre indivíduos para esse novo caráter da violência, expressa de diferentes maneiras pela mídia e que parece conformar o imaginário dos cidadãos. O que parece gerar, nos cidadãos, jovens e adultos, uma enorme obsessão pelo medo, entre outros atributos, usados pela cultura do medo como um sustentáculo e ampliação da indústria que a mantém.

Todos os jovens, portanto, tornam-se sob suspeição. Os mais pobres, comumente, são os considerados marginais ou bandidos *per si*, pelo simples fato de serem pobres. O que equivale à visibilidade concreta da barreira social que está presente de modo claro, separando os que têm algum acesso aos benefícios sociais, culturais e econômicos de um cidadão e os que simplesmente ousam existir (a maioria da população). Os demais, das classes médias (baixa, média e alta e suas variações em torno de cada faixa) e da classe alta, são suspeitos uns em relação aos outros, provocando um medo generalizado sobre as ações possíveis que envolvam cada jovem em particular como vítima ou autor de um ato de maldade.

Digo maldade porque a cultura do medo termina por levantar uma discussão geral e presente no imaginário do brasileiro médio, da relação entre o bem e o mal intrínsecos. Onde o bem é sempre visto do lado do seu ou do meu jovem, e o mal em relação aos outros jovens em geral. Relação imaginária que provoca a suspeição de todos como universo de precaução pessoal¹⁵.

15. A questão chega a tal ponto que um dos apresentadores famosos de programas populares da televisão brasileira, no seu *Domingo Legal*, no ano de 2003, como forma de aumentar audiência, forjou um furo de reportagem, onde exibia atores disfarçados de “bandidos”, ameaçando celebridades, governadores, sacerdotes, artistas e outros apresentadores, entre outras personalidades, de sequestro e morte, o que exacerbou o medo entre os cidadãos (*Revista Veja*, 12 de maio de 2004). O fato foi desmascarado por um dos apresentadores de outro canal televisivo que teve o seu nome relatado entre os possíveis sequestrados, que conseguiu chegar aos atores que encenaram a farsa, desmascarando o furo jornalístico da matéria sensacionalista exibida no horário da tarde, por várias semanas consecutivas, para todo o Brasil. Esse fato alertou organizações de defesa civil que passaram a se mobilizar contra esse plano perverso por trás de uma luta de audiência em função de uma ampliação do medo no território nacional.

A grande questão da cultura da violência, no Brasil, é a do encobrir os enormes problemas sociais ligados, sobretudo, à escassez e ao desvirtuamento de recursos para a educação, saúde e geração de empregos, desvio para ações ligadas à indústria e cultura da violência. Indústria que consome recursos estratosféricos em manutenção e atualização de um quadro social de receios e medos nos cidadãos das diversas camadas sociais. Cultura que, ao mesmo tempo, amplia a margem de negócios com artigos de segurança privada e pública e reforça os laços da indústria do medo com a produção do próprio medo e seus correlatos, como a corrupção, o desvio de verbas destinadas a políticas públicas e sociais, o envolvimento de setores do estado, de políticos e de policiais com os cartéis da droga, e com os desmandos do poder em todas as instâncias do social. Com isso, amplia as margens de vulnerabilidade social, sobretudo entre os jovens, onde as relações pessoais, institucionais e sociais se tornam incertas, sujeitas à concorrência desenfreada, em que a regra é não ter regra e tudo vale por “um lugar ao sol”, e preenchidas pelo medo do outro, ampliando as possibilidades de tensão intra e interclasses.

Como informa Dubet (2006, p. 25), existe uma espécie de *conformismo frustrado*, em que os jovens de classes mais pobres se sentem perdedores: seja pela dificuldade de mobilidade social, mesmo quando incluídos em políticas sociais de inclusão social, como o Pró-Uni, o Bolsa Jovem, o Pró-Jovem, etc. Esses programas apresentam-se como uma alternativa, quase sempre frustrada, por não levarem em conta a defasagem da formação do jovem pobre com as demandas do mercado, inclusive com a lógica de ensino técnico e universitário brasileiros, gerando estigmatizações e os acusando de não competitivos e de difícil enquadramento.

Martins e Telarolli, (2004, p. 81) discutem, por sua vez, as razões pelas quais os jovens não permanecem ou optam pela criminalidade em uma sociedade movida pela cultura e indústria do medo, como a brasileira atual. Para elas, na medida em que os jovens envolvidos ou potencialmente sujeitos a ações de risco vão tendo oportunidades de repensar e, concomitantemente, de ingressar em outros espaços culturais de sociabilidade, o sentimento de pertencer a uma rede de violência, ou a grupos e gangues onde a violência seja a regra, tende a perder a importância.

Elas procuram demonstrar que, se houver uma política social adequada, e que leve em conta um programa de médio e longo prazo de reestruturação dos processos de formação educacional e profissional da juventude pobre no país, é possível modificar a tendência imaginária e real da quase destinação dos jovens brasileiros à violência. As autoras, desse modo, reiteram a importância de uma reformatação do ensino fundamental, médio, médio profissionalizante e universitário do país, e das políticas públicas voltadas à clientela infanto-juvenil, como medidas de implantação do processo democrático e cidadão para as novas gerações (MARTINS & TELAROLLI, 2004, p. 82). O que

possibilitará, como resultado, um possível envolvimento dos jovens com outras atividades.

Longhi (2011), por sua vez, fala de um processo de busca de transferência de experiências pessoais de jovens moradores da periferia da cidade do Recife para outros jovens, moradores locais que não tiveram as mesmas possibilidades de mobilidade pessoal. A autora se refere a uma experiência feita por jovens universitários moradores de áreas de favela de abrir um curso noturno gratuito de capacitação para outros jovens moradores do local ou adjacências, para entrada no sistema técnico ou universitário superior.

O elemento de reciprocidade, como uma dádiva que retorna à comunidade (LONGHI, 2011, p. 22), a ideia de retribuir para com os outros iguais, de um lado, revela uma crítica à falta de oportunidades dos jovens: péssima educação formal, estigmatização, convívio com outros geracionais que foram arrancados da vida, ainda jovens, por se envolverem em drogas, etc.; e, de outro lado, uma busca de ação efetiva que: 1) aumente o sentimento de pertencimento ao local em que foram criados; e 2) indique saídas próprias de integração à sociedade que não através do desvio das drogas ou da violência, mas sim, através de ações afirmativas que provoquem melhorias e estratégias para ultrapassar dificuldades.

Atividades onde a existência de calendários pessoais, ou de planos de existência em que o tempo pessoal da vida é manejado, poderão sobrepor-se à objetificação do presente diário de sofrimento e injustiça. Movimento, quem sabe, que tenderá a se justapor à banalização da vida pessoal e coletiva e à falta de projeção de si no futuro, isto é, de um social por eles, e para eles, também em construção.

Abstract: This article aims to raise questions about the culture and industry of fear in Brazil today, through the relationship between youth and violence, and evaluates the consequences of this correlation by means of the propositions raised by the Brazilian media in the national imagination. This problem is understood by observing the training of young people in this first decade of the XXI', in a time of significant changes in patterns of national behavior. These changes spray social values and stride to the growing individualism in social relations and expansions to the fear to the other, within the interactive forms that are subject not only youth, but the general population.

Keywords: Urban Fears, Culture of Fear, Violence, Youth, Media.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. “O sentimento da honra na sociedade Cabília”. In: J. G. Peristiany (org.) *Honra e vergonha*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 157-198, 1965.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. “Direitos humanos ou ‘privilégio de bandidos’? Desventuras da democratização brasileira”. *Novos Estudos*, n. 30, p. 162-174, julho, 1991.

_____. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 2a edição. São Paulo: Ed. 34 / Edusp 2003.

CASTRO, M. G. (Coord.). *Cultivando vida, desarmando violência: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza*. Brasília, UNESCO, 2001.

CCLF/Gajop. “Galeras, comportamentos violentos na adolescência”. In: *Relatório de pesquisa*. Recife, mimeo, 1993.

COSTA, Márcia Regina. “Juventude e violência: a produção de subjetividades conservadoras”. *Margem*, n. 7, Agosto, 1998.

DIÓGENES, Glória. *Imagen e narrativas: registros afetivos. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, <http://www.rbse.rg3.net>, v. 1, n. 2, agosto, 2002, p. 152-170. (Lido em 06.09.2010, 17hs).

DUBET, François. “Sobre a violência e os jovens”. *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*, v. 9, n. 15, 2006, p. 11-31, jan/jun.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990; 1993.

FEBVRE, Lucien. *Honra e pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GRASSNER, Barry. *Cultura do Medo*. São Paulo, Francis, 2003.

KATZ, Jack. “What makes crime ‘news’?” *Media, Culture and Society*, v. 9, 1987, p. 47-75.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. “As violências invisíveis na Paraíba – 1993”. *Política & Trabalho*, n. 8-10, abril, 1994, p. 3-12.

_____. “Pertencimento, medos corriqueiros e redes de solidariedade”. *Sociologias*, v. 12, n. 25, 2010a, p. 286-311.

_____. “Identidade e pertença: disposições morais e disciplinares em um grupo de jovens”. *Etnográfica*, v. 14, n. 1, Fevereiro, 2010, p. 27-58.

_____. “O que é medo: Um adentrar no imaginário dos habitantes da cidade de João Pessoa, Paraíba” *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 3, Dezembro, 2009, p. 402-410.

_____. *De que João Pessoa tem medo? Uma abordagem em antropologia das emoções*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2008.

_____. *O vínculo ritual. Um estudo sobre sociabilidade entre jovens no urbano brasileiro contemporâneo*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2006.

_____. (Org) *Medos corriqueiros e sociabilidade*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2005.

_____. *Sociologia da Emoção. O Brasil urbano sob a ótica do luto*. Petrópolis, Vozes, 2003.

_____. “Medo, vida cotidiana e sociabilidade”. *Política & Trabalho*, a. XVIII, n. 18, setembro, 2002, p. 09-19.

LONGHI, Márcia Reis. *Reflexões sobre reconhecimento e insulto moral a partir de trajetórias de rapazes moradores de uma comunidade pobre do Recife*. Texto apresentado ao GT 34: Sociologia e Antropologia da Moral, da 35º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, ANPOCS, 2011.

MARTINS, José de Souza (Coord.) *Massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1993.

MARTINS, Regina Helena Oliveira; TELAROLLI, Teresa Cristina. “Experiências de violência: gangues e armas”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, <http://www.rbse.rg3.net>, v. 3, n. 7, Abril, 2004, p. 55-82. (Lido em 06.09.2010, às 15hs.)

PERISTIANY, J. G. (Org.) *Honra e vergonha*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

PITT-RIVERS, J. “Honra e posição social”. In: J. G. Peristiany (org.) *Honra e vergonha*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965, p. 11-60.

PORTO, Maria Stela Grossi. “A violência entre a inclusão e a exclusão social”. *Tempo Social*, vol. 12, n. 1, 2000, p. 187-200.

RIBEIRO, R. J. “A glória”. In: A. Novaes (org.) *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 107-116.

SÁ, Leonardo. "A condição de 'bichão da favela' e a busca por 'consideração': Uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar". *Dilemas. Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 4, n. 2, 2011, p. 339-355.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Marilia Pontes. "Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultural". *Educação e Pesquisa*, v. 36, n. spe, Abril, 2010, p. 95-106.

_____. "A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade". *Tempo Social*, v. 5, ns. 1-2, 1993, p. 161-178.

TAKEUTI, Norma Missae. *No outro lado do espelho. A fratura social e as pulsões juvenis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

VIANA, Hermano (Org) *Galeras cariocas*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ. 1997.

VIEIRA, Danielli. "Histórias sobre homicídios entre jovens: 'Mundo do crime' e comensurabilidade". *Dilemas. Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 4, n. 2, 2011, p. 281-308.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2011. Os jovens do Brasil*. São Paulo / Brasília, Instituto Sangari / Ministério da Justiça, 2011.